

Softplan Setor Público S.A

Demonstrações Financeiras 2025

Conteúdo.

Informações da Companhia	2
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
1 Notas explicativas às demonstrações financeiras	9
1 Contexto operacional	9
2 Base de preparação e mensuração	9
3 Políticas contábeis materiais	11
4 Contas a receber de clientes	21
5 Impostos a recuperar	22
6 Imposto de renda e contribuição social a recuperar	22
7 Outros créditos	22
8 Mútuos concedidos	22
9 Investimentos	22
10 Imobilizado	23
11 Intangível	23
12 Fornecedores	24
13 Obrigações e provisões trabalhistas	24
14 Obrigações tributárias	24
15 Imposto de renda e contribuição social	24
16 Obrigações por aquisição de investimentos	25
17 Provisão para contingência	25
18 Patrimônio líquido	25
19 Receita líquida de vendas	26
20 Custos dos serviços prestados	26
21 Despesas com vendas	27
22 Despesas gerais e administrativas	27
23 Outras receitas operacionais	27
24 Resultado financeiro líquido	27

Balanços patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora	Consolidado
		2025	2025
Caixa e equivalentes de caixa		7	16.203
Contas a receber de clientes	4	-	21.284
Impostos a recuperar	5	-	470
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	-	536
Outros créditos	7	-	1.158
Total do ativo circulante		7	39.651
Depósitos judiciais		-	320
Mútuos concedidos	9	-	8.690
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	651
Outros créditos	7	-	1
Investimentos	9	70.953	1
Imobilizado	10	-	866
Intangível	11	-	34.018
Total do ativo não circulante		70.953	44.547
Total do Ativo		70.960	84.198

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	Controladora Consolidado	
		2025	2025
Fornecedores	12	-	1.588
Obrigações e provisões trabalhistas	13	-	8.181
Obrigações tributárias	14	125	4.074
Imposto de renda e contribuição social	15	-	5.902
Obrigações por aquisições de investimentos	16	3.495	3.495
Outras obrigações		-	443
Total do passivo circulante		3.620	23.683
Provisões para contingências	17	-	494
Obrigações por aquisições de investimentos	15	7.461	7.461
Mútuo com partes relacionadas		3.726	-
Outras obrigações		-	142
Total do passivo não circulante		11.187	8.097
Patrimônio líquido	18		
Capital social		41.295	41.295
Reserva de lucros		14.858	14.858
Total do patrimônio líquido		56.153	56.153
Participação de controladores		14.858	14.858
Participação dos não controladores		-	3.735
Total do passivo e patrimônio líquido		70.960	84.198

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora Consolidado	
		2025	2025
Receita líquida de vendas	19	-	66.122
Custo dos serviços prestados		-	(18.240)
Lucro bruto		-	47.882
Despesas com vendas	21	-	(2.396)
Despesas gerais e administrativas	22	-	(19.751)
Provisão de perdas no recebimento de créditos	4	-	213
Equivalência patrimonial		15.925	-
Outras receitas operacionais	23	-	124
Outras despesas operacionais	23	-	(2.149)
Lucro operacional		15.925	23.923
Receitas financeiras	24	-	742
Despesas financeiras	24	(1.067)	(1.278)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		14.858	23.387
Imposto de renda e contribuição social	15	-	(8.473)
Lucro líquido do exercício		14.858	14.914
Resultado líquido atribuível a			
Controladores		-	14.858
Não controladores		-	56

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Resultado do exercício	14.858	14.914
Ajustes de conversão	-	-
Resultado abrangente do exercício	14.858	22.245
Sócios controladores	-	14.858
Sócios não controladores	-	56

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Capital social	de Lucros	Legal	Total controladora	Participação dos não controladores	Total consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	41.288	-	-	41.288	-	41.288
Lucro líquido do exercício	-	14.858	-	14.858	-	14.858
Reserva legal	-	(743)	743	-	-	-
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	-
Outras transações de capital (nota 11)	7	-	-	7	-	7
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-
Transferência do Acervo Líquido cindido	-	-	-	-	(3.735)	(3.735)
Dividendos	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	41.295	14.115	743	56.153	(3.735)	52.418

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa

Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Lucro líquido do exercício	14.858	14.914
Ajustes para:		
Depreciação	-	
Amortização	-	130
Baixas do imobilizado e intangível	-	33.600
Outros ajustes	-	
Juros incorridos	1.066	1.066
Pagamento baseado em ações, liquidado em caixa	-	
Resultado de equivalência patrimonial	(15.925)	
Provisão para contingências	-	
Provisão de perdas no recebimento de créditos	-	(213)
Imposto de renda e contribuição social	-	8.473
	(14.859)	(57.970)
Redução (aumento) nos ativos:		
Bancos conta vinculada	-	
Contas a receber de clientes	-	(21.071)
Impostos a recuperar	-	(1.006)
Depósitos judiciais	-	(320)
Outros créditos	-	(4.950)
	-	(27.347)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	-	1.588
Obrigações e provisões trabalhistas	-	8.181
Obrigações tributárias	125	1.788
Outras obrigações	3.733	316
	3.858	11.873
Recursos provenientes das atividades operacionais	3.857	42.496
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e aquisições	(332)	(332)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(936)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	3.525	41.228
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	-	
Mútuos concedidos	-	(8.690)
Aquisição de ativo imobilizado	-	(226)
Aquisição de ativo intangível	-	(29.750)
Obrigações por aquisições de investimentos	-	
Recursos líquidos usados nas atividades de investimentos	-	(38.666)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de empréstimos e financiamentos	-	
Aumento de capital social	-	17.159
Empréstimos tomados	-	
Custos de captação de debêntures	-	
Distribuição de dividendos	-	
Obrigações por aquisições de investimentos	(3.518)	(3.518)
Recursos líquidos provenientes das (aplicados nas) atividades de financiamento	(3.518)	(13.641)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	7	16.203
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa incorporado	-	
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	16.203
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	7	16.203

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Softplan Setor Público S/A (“Controladora”, “Softplan” ou “Companhia”), que é integrante do Grupo Softplan, está constituída como uma “Sociedade Anônima” de capital fechado domiciliada no Brasil. Constituída em 07 de janeiro de 2025, a Companhia tem sua sede social localizada no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Luiz Boiteux Piazza, 1302, Lote 89, Bairro Cachoeira do Bom Jesus, CEP 88.056-000.

A Companhia atua no desenvolvimento de soluções de software para diversos segmentos econômicos, atendendo tanto o setor público quanto o setor privado. Suas atividades compreendem operações próprias e a participação societária em outras sociedades do mesmo segmento.

A Controladora detém participação acionária nas seguintes empresas:

	Participação acionária 2025	Tipo	País
Poligraph Sistemas e Representações Ltda	100%	Controlada direta	Brasil
JXS Informática Ltda	100%	Controlada direta	Brasil
1Doc Tecnologia S/A	100%	Controlada direta	Brasil
Softplan Internacional	7%	Investida	Brasil

2 Base de preparação e mensuração

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de abril de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

2.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia em suas empresas controladas, conforme percentual de participação no balanço de cada empresa:

	2025
Poligraph Sistemas e Representações Ltda	100%
JXS Informática Ltda	100%
1Doc Tecnologia S/A	100%
Softplan Internacional	7%

A Companhia mensura os componentes da participação de não controladores nas adquiridas que representem instrumentos patrimoniais e confirmam a seus detentores uma participação proporcional nos ativos líquidos da adquirida em caso de sua liquidação.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas.

2.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores, a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas críticas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas significativas incluem:

- (i) A análise de recuperação dos valores dos ativos intangíveis, incluindo [ágio \(Nota 12\)](#);
- (ii) Estimativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ([Nota 31](#));
- (iii) A identificação e valorização da provisão para litígios ([Nota 21](#));
- (iv) A determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis ([Notas 3.4 e 3.5](#)); e

- (v) As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos ([Nota 3.6](#)).
- (vi) Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber ([Nota 6.2](#)).
- (vii) Reconhecimento de receita ([Nota 24](#)).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3 Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

(ii) Controladas

A Softplan controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3 Instrumentos financeiros

A Softplan reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48,

mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio do Grupo é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa", além de "fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iv) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.4 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Imóveis	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos e aparelhos telefônicos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.5 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de formação ou aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os intangíveis atualmente detidos pela Companhia são amortizados em 5 a 10 anos, pelo método linear. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, incluindo o *goodwill* (ágio por expectativa de rentabilidade futura), são mensurados ao custo, líquido de eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, e não estão sujeitos à amortização. Esses ativos são testados, no mínimo, anualmente quanto à recuperação de seu valor contábil, ou sempre que existirem indícios de perda.

O *goodwill* é alocado às respectivas unidades geradoras de caixa ou aos grupos de unidades geradoras de caixa que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação de negócios e permanece sujeito exclusivamente ao teste de recuperabilidade, inclusive após eventos de reorganização societária, como incorporações, fusões ou cisões.

Para fins fiscais, observada a legislação tributária vigente, a amortização do ágio por expectativa de rentabilidade futura é admitida apenas após a ocorrência de incorporação, fusão ou cisão, sendo efetuada de forma linear pelo prazo mínimo de 60 meses, não produzindo efeitos na mensuração contábil do *goodwill*.

Os ativos intangíveis produzidos internamente são mensurados pelo seu custo de desenvolvimento, apurados com base em apontamento de horas dos colaboradores alocados nos projetos e os demais gastos necessários para o desenvolvimento. A

amortização de cada produto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso e de acordo com sua vida útil econômica estimada.

3.6 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão de perdas no recebimento de créditos

A política de constituição de provisão de perdas no recebimento de créditos, consiste em reconhecer os títulos vencidos acima de 90 dias para os clientes da iniciativa privada. Para os clientes da área pública, adota-se como critério para o reconhecimento da provisão, os títulos vencidos acima de 180 dias, adotando ainda o efeito vagão. A administração efetua a análise individual da carteira de contas a receber para verificar se não existe nenhuma exceção a premissa inicial, seja para constituição de provisão ou reversão.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

3.7 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras utilizadas na atividade operacional, não sujeitas a risco de mudança significativa de

valores e prontamente conversíveis em montante de caixa, no período inferior a 90 dias a contar da data de encerramento das demonstrações financeiras.

3.8 Provisão para contingências

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, na companhia controladora e algumas controladas, é apurado com base no lucro real, para as demais controladas, a apuração é computada tendo por base o regime “lucro presumido”.

- **Lucro Presumido:** As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Cálculo realizado com base na alíquota de presunção de 32% sobre as receitas operacionais, e alíquotas de 15% e 9% para o imposto de renda e contribuição social, respectivamente.

A partir de 2026, há dispositivo legal via Lei Complementar nº 224/2025 a majoração de 10% nos percentuais aplicáveis à parcela da receita anual que exceder R\$ 5 milhões. As alíquotas do IRPJ e da CSLL permanecem inalterados. Por se tratar de tributação pelo regime de lucro presumido, não há impostos diferidos reconhecidos.

- **Lucro Real:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Ambos reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.
- Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados.

O valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/Contribuição	Alíquota
PIS Programa de Integração Social	0,65%
COFINS Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%
ISSQN Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00 e 3,00%
CPRB Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	3,60%
IVA Imposto sobre valor agregado	15,25%

3.10 Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 R2. Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.11 Receita de vendas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, cancelamentos e impostos sobre as vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de contratos com clientes – Receita recorrente

A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes possuem acesso ao software em sua versão mais recente; (ii) manutenção, suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e suporte ao cliente.

A receita recorrente é reconhecida no resultado ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento são atendidos.

Receita de contratos com clientes – Receita não recorrente

A receita de software não recorrente compreende: (i) licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminados; e (ii) serviços de implantação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

(i) Serviço de licenciamento é reconhecido quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor do Grupo.

(ii) As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas quando os serviços são prestados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa

de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.12 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivadas.

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3.13 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

3.13.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

3.13.2 Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

3.13.3 Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

3.13.4 Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

3.13.5 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram determinados de

acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

3.13.6 Gestão de capital

A Softplan administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

- Grau de endividamento;
- Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente;
- Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo;

4 Contas a receber de clientes

	Consolidado 2025
Receitas faturadas	7.572
Receitas a faturar	13.955
(-) Perda esperada com créditos	(243)
	21.284

As contas a receber de clientes são reconhecidos pelo valor nominal e deduzidos da estimativa de perdas esperadas, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pelo Grupo para cobrir eventuais perdas.

4.1 Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento

	Consolidado 2025
Aging list	
A vencer	18.857
Vencidos:	2.427
De 1 a 30 dias	1.444
De 31 a 60 dias	255
De 61 a 90 dias	224
De 91 a 180 dias	334
De 181 a 360 dias	176
Acima de 360 dias	237
(Perda esperada com créditos)	(243)
	21.284

5 Impostos a recuperar

	Consolidado 2025
PIS retido na fonte	1
COFINS retido na fonte	3
INSS a compensar	465
Outros impostos a compensar	1
	470

6 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Consolidado 2024
Imposto de renda (i)	515
Contribuição social sobre o lucro (i)	21
	536

(i) Referem-se aos créditos de imposto de renda e contribuição social retidos na fonte do ano corrente e créditos de imposto de renda e contribuição social a compensar de exercícios anteriores, bem como pagamentos das estimativas do ano corrente.

7 Outros créditos

	Consolidado 2025
Adiantamento a fornecedores	276
Adiantamento de férias	188
Assinaturas e anuidades	389
Adiantamentos a funcionários	304
Outros	1
	1.158
Circulante	1.157
Não circulante	1

8 Mútuos concedidos

	Consolidado 2025
Mútuo a MTDSOFT Holding (nota 11.1)	2.896
Mútuo a GC3 Holding (nota 11.1)	2.897
Mútuo a I2RT Ventures Holding (nota 11.1)	2.897
	8.690

9 Investimentos

A Companhia possui participação societária junto a outras entidades, que são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial. As participações em entidades estão demonstradas a seguir:

9.1 Composição saldo investimentos

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras nas empresas controladas. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Controladas	2025	2025
JXS	100%	1.377
Poligraph	100%	27.267
1Doc	100%	42.308
Softplan Internacional	7%	1
		70.953

A movimentação dos investimentos em empresas controladas é demonstrada a seguir pelo método da equivalência patrimonial:

Controladas	Saldos em 31.05.2025	Aquisição / aporte de capital	Equiv. Patrimonial/ Amortização (i)	Outros resultados abrangentes	Efeito Cisão	Saldos em 31.12.2025
JXS	-	-	290	-	1.087	1.377
POLI	-	-	11.562	-	15.705	27.267
1DOC	-	-	4.074	-	38.235	42.308
INTERNACIONAL	-	-	-	-	1	1
			15.926	-	55.027	70.953

10 Imobilizado

	Consolidado			
	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Direito de uso Locação de Imóveis	Total
Taxa média anual de depreciação	10%	20%		
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-
Adições	-	226	-	226
Depreciação	(1)	(109)	(20)	(130)
Efeito Cisão	6	605	159	770
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2025	5	722	139	866

11 Intangível

	Consolidado			
	Ágio	Marcas	Software	Total
Taxa média anual de amortização			20%	
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-
Adições	-	515	-	505
Amortização	(868)		(89)	(957)

Efeito Cisão	31.012	2.614	834	34.460
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2025	30.144	3.129	748	34.018

12 Fornecedores

	Consolidado
	2025
Assessoria jurídica	140
Benefícios a empregados	249
Cursos e treinamentos	150
Periféricos e intangíveis	49
Serviços de terceiros	196
Servidores e data center	775
Outros fornecedores a pagar	29
	1.588

13 Obrigações e provisões trabalhistas

	Consolidado
	2025
Salários a pagar	1.769
Rescisões a pagar	4
INSS a recolher	554
FGTS a recolher	275
Gratificações trabalhistas a pagar	1.129
Provisões trabalhistas	4.362
Outras obrigações	88
	8.181
Circulante	8.181
Não Circulante	-

14 Obrigações tributárias

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
ISS a recolher	-	230
PIS a recolher	-	108
COFINS a recolher	-	495
INSS s/ faturamento a recolher	-	604
IRRF a recolher - (PF)	-	1.209
Impostos a recolher ajustes <i>cutoff</i> (ii)	-	1.290
Outros impostos a recolher	125	138
	125	4.074

15 Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado
	2025
Imposto de renda	4.120
Contribuição social sobre o lucro	1.782
	5.902

16 Obrigações por aquisição de investimentos

A Companhia tem obrigações por aquisição dos investimentos, negociadas com pagamento parcelado. São valores devidos aos acionistas anteriores das empresas adquiridas e podem se realizar mediante pagamento aos sócios, ou por retenção de garantias.

As obrigações estão registradas no passivo circulante e no não circulante, conforme demonstrado:

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Obrigações por aquisição de investimentos	10.956	10.956
	10.956	10.956
Circulante	3.495	3.495
Não circulante	7.461	7.461

A movimentação das obrigações por aquisição de investimentos do período ocorreu da seguinte forma:

	Consolidado
	2025
Saldo inicial	87.137
Captação	67.607
Juros incorridos	7.029
(-) Juros pagos	(6.143)
(-) Pagamento por obrigações com investimentos	(42.995)
(-) Efeito Cisão	(101.679)
Saldo final	10.956

17 Provisão para contingência

A Companhia mantém provisões para contingências cíveis (reajustes contratuais) e trabalhistas (reclamatórias de verbas), oriundas do curso normal de suas operações, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco provável pelos assessores jurídicos internos e externos. A Administração estima que a provisão para contingências reflete o gasto necessário para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

	Consolidado
	2025
Ações trabalhistas	174
Ações administrativas (i)	320
	494

18 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia é composto por recursos aportados pelos sócios, reservas resultantes de retenções de lucros e reservas que visam a manutenção do capital.

18.1 Capital social

Assim, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 41.295 mil, é composto atualmente por 41.295 ações nominativas, sem valor nominal.

18.2 Reserva legal

A Companhia adota o percentual definido pelo Art. 193 Lei 6.404/1976 para constituição da Reserva Legal, resultante da aplicação da alíquota de 5% sobre o lucro auferido do exercício, após as compensações de prejuízos acumulados.

Limitada em 20% do capital social, atualmente o teto da reserva é R\$ 8.258. A movimentação da Reserva Legal ocorreu conforme demonstrado:

	Controladora	Consolidado
	2025	2025
Saldo inicial	-	-
Constituição de reservas	743	743
Saldo Final	743	743

19 Receita líquida de vendas

A Companhia adota premissas que permitam evidenciar com clareza a natureza, o valor, a época, a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contratos com clientes. As receitas reconhecidas no resultado do exercício representam a contraprestação pecuniária decorrente da transferência de serviços prometidos a clientes que estejam comprometidos em cumprir com suas respectivas obrigações.

	Consolidado
	2025
Receita com serviços prestados	72.938
Deduções da receita	(6.815)
Receita líquida de vendas	66.123

As deduções da receita são tributos indiretos sobre o faturamento, detalhados conforme segue:

	Consolidado
	2025
INSS	(2.581)
COFINS	(480)
ISS	(2.213)
PIS	(1.542)
Receita líquida de vendas	(6.816)

20 Custos dos serviços prestados

	Consolidado
	2025
Custos com pessoal	13.402
Serviços de terceiros	895
Servidores e Data Center	3.690
Demais custos	613
	18.240

21 Despesas com vendas

	Consolidado 2025
Comissões sobre vendas	2.221
Serviços de terceiros	175
	2.396

22 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado 2025
Despesas com pessoal	16.434
Serviços de terceiros	689
Despesas com instalações físicas	60
Licenças e certificações	471
Amortização investimento	457
Depreciação e amortização	133
Despesas com TI e comunicação	826
Despesas com viagens	626
Outras despesas administrativas	55
	19.751

23 Outras receitas operacionais

	Consolidado 2025
Verba de patrocínio	54
Outras receitas	71
	125

24 Resultado financeiro líquido

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	-	375
Juros ativos	-	348
Demais receitas financeiras	-	19
	-	742
Despesas financeiras		
Juros passivos	1.066	1.073
Seguro garantia	-	29
Despesas financeiras e tarifas bancárias	-	15
IOF	1	10
Demais despesas financeiras	-	151
	1.067	(1.278)
Resultado financeiro líquido	(1.067)	(536)



softplan

Conhecimento
e tecnologia que
transformam.